

Superior Tribunal de Justiça

DESIIS no HABEAS CORPUS Nº 510.722 - RO (2019/0140000-9)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
REQUERENTE : JALDEMIRO DEDE MOREIRA
ADVOGADO : VERA LÚCIA PAIXÃO - RO000206
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus originário**, com pedido liminar, impetrado em favor de **JALDEMIRO DEDE MOREIRA**, no qual aponta como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia**.

Depreende-se na inicial que o paciente foi denunciado como supostamente incurso no art. 317 do Código Penal e art. 1º da Lei n. 9.613/98, pois, nos anos de 2014 a 2016, teria agido em conluio com os demais denunciados, reiteradamente, com vistas a solicitar e receber pagamento de propina do empresário e corréu, João de Freitas, na forma de terrenos e cheques em nome de terceiros, para, em contrapartida, aprovar o loteamento denominado “Cidade Verde”.

Preso preventivamente, teve, por meio da ordem concedida pelo eg. Tribunal de origem no **HC n. 0000547-61.2017.8.22.0000**, em **09/03/2017**, a substituição da prisão por medidas cautelares alternativas (fls. 71-74).

Posteriormente, em **02/04/2018**, foi condenado pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, em sentença de 1º Grau, mantidas as cautelares intactas, sob a fundamentação (fls. 65-66): "*Concedo ao acusado o direito de apelar em liberdade, mantendo as medidas cautelares diversas da prisão preventiva, as quais foram estipuladas pelo TJRO, em sede de HC, sendo que confirmada esta decisão no segundo grau, ou não havendo recurso, expeça-se mandado de prisão, observando o regime fixado nesta sentença, cumprido o mandado, expeça-se guia de execução.*"

O HC n. 0003663-41.2018.8.22.0000 não foi conhecido por falta

Superior Tribunal de Justiça

de competência para o julgamento pelo eg. Tribunal de origem (fls. 75-80).

Dáí o presente **mandamus**, no qual a d. Defesa sustenta, em apertada síntese, que o paciente sofre constrangimento ilegal, por violação ao princípio da presunção de inocência; pela possibilidade de revogação das medidas cautelares alternativas (art. 282, § 5º, do CPP); pelo excesso de cautelares aplicadas (6 de um total de 9); pela ausência dos requisitos do art. 312 do CPP; pela fundamentação sucinta na sentença; pelas condições favoráveis ao paciente; pela inexistência de grave ameaça ou violência; e pelo princípio da proporcionalidade.

Requer, inclusive LIMINARMENTE, a concessão da ordem para *"revogar todas as medidas cautelares, ou, se não for este o entendimento de Vossa Excelência, que seja franquiado ao Paciente JALDEMIRO DEDÉ MOREIRA a substituição por outras medidas menos gravosas quais sejam comparecimento mensal ao juízo e proibição de deixar o país; [...] No mérito, requer: i. Sejam revogadas todas as medidas cautelares impostas a concessão do provimento cautelar pleiteado não trará nenhum prejuízo ao processo penal, tão pouco a sociedade, ao contrario evitará a prorrogação de um dano irreparável; ii. Alternativamente, que sejam substituídas por outras medidas menos gravosas, como o comparecimento mensal ao juízo e proibição de deixar o país, em observância ao princípio da proporcionalidade, tendo em vista o fim da instrução criminal e sentença em grau de recurso em segunda instância"* (fls. 16-17).

Pedido liminar indeferido (fls. 84-86).

Informações, às fls. 90-146, 149-165 e 168-238.

O d. Ministério Público Federal, às fls. 241-245, oficiou pelo não conhecimento ou denegação da impetração, em r. parecer nestes termos:

"[...] Adentrando ao mérito, unicamente por amor ao debate, não deve lograr êxito o esforço recursal defensivo.

O paciente foi julgado, com outras pessoas, nos autos 003266.08.2016.8.22.0014, sendo condenado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, a pena de 09 (nove) anos, 05 (cinco) meses e 1 (dez) dias de reclusão, sendo que foi concedido ao acusado o direito de apelar

Superior Tribunal de Justiça

em liberdade, mantendo as medidas cautelares diversas da prisão, as quais foram deferidas pelo TJRO em sede de Habeas Corpus. Destaco, ainda, que o acusado responde a outro processo por crimes contra a administração pública, o qual tramita nesta Vara sob o na 1002892- 38.2017.8.22.0014.

O acórdão impugnado se impõe por seus fundamentos, ao conceder ao acusado o direito de apelar em liberdade, e manter as medidas cautelares diversas da prisão, in verbis:

[...]

Portanto, não há falar-se em constrangimento ilegal, nem excesso de medidas cautelares.

Ante o exposto, o parecer é pelo não conhecimento da ordem impetrada, e caso conhecido, pelo seu indeferimento."

Pedido de desistência, às fls. 249-250.

É o relatório. **Decido.**

Há pedido expresso da d. Defesa de desistência do julgamento de mérito desta impetração (fls. 249-250).

Ante o exposto, **acolho o pedido de desistência** realizado (art. 34, IX, do RISTJ).

Abra-se vista desta decisão ao d. Ministério Público Federal.

Após, arquivem-se.

P. I.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator